

TECENDO UMA CULTURA DE PARTICIPAÇÃO: Conselho Municipal de Educação e Conselho Escolar em reflexão-ação pela gestão democrática na escola pública

Alcina Jacil Alves Bitencourt

Maria Beatriz Luce

Resumo:

Este trabalho analisa o projeto Tecendo uma Cultura de Participação, realizado em um município de pequeno porte, por seu Conselho Municipal de Educação (CME), em parceria com a Secretaria de Educação (SME), visando o fortalecimento dos conselhos escolares das instituições municipais de ensino. Tem como base um Relatório Crítico-Reflexivo produzido como requisito parcial para a conclusão de Mestrado Profissional em Educação, que adota como eixo articulador de seu currículo um processo de planejamento, implementação e avaliação de um Projeto de Intervenção (DAMIANI, 2012), sendo assim um interessante exemplo de política educacional e de formação para a gestão democrática, no atual movimento instituinte do Sistema Nacional de Educação.

Fundamentos

A democratização da gestão nas escolas públicas é um desafio plasmado no ordenamento constitucional e legal da educação no Brasil, desde 1988, especialmente no tocante à participação da comunidade na elaboração do projeto de escola que se quer construir. A formação para a cidadania e a convivência democrática requerem que tanto os professores quanto os funcionários técnico-administrativos, os estudantes e as famílias encontrem na escola espaços de encontro intergeracional, de exercício dialógico respeitoso das diferenças e divergências, assim como de prática da mediação e da negociação de interesses e compromissos. Como se tem dito, escola não pode focar seu trabalho apenas na transmissão de conhecimentos comuns e no domínio de habilidades básicas, precisa-se de “uma escola que, em suma, prepara os indivíduos para serem cidadãos do e no mundo” (GOHN, 2011, p. 351).

Assim, os processos educacionais que, tanto ocorrem na escola como nos demais espaços sociais, necessitam ter como princípio a democracia participativa e popular. Neste sentido, Luce e Medeiros (2006) refletem sobre as relações democráticas afirmando que a [...] convivência humana deve ser mediada por uma “gramática democrática”, provocadora de rupturas positivas e indeterminações, por meio do exercício coletivo e participativo do poder político, para que se possa seguir avançando para novos desejados estados de vida em sociedade.

Proposta

No intuito de discutir e promover ações que levassem as comunidades, através de seus conselhos escolares, a participarem de modo mais efetivo na gestão das escolas, foi proposta uma formação que teve como objetivo qualificar a administração nas escolas municipais, especialmente a atuação dos conselhos escolares, por meio de ações cooperativas do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

Com o projeto denominado de Tecendo uma Cultura de Participação, foram planejadas situações de encontro, escuta e trocas entre dirigentes das escolas e dos seus respectivos conselhos, e destes com conselheiros municipais de educação e dirigentes da SME, abordando a gestão democrática nas instituições e no sistema de ensino, discutindo como qualificar a participação da comunidade escolar na gestão das escolas e na política municipal de educação.

O projeto buscou incentivar esses coletivos a tecer uma rede de trocas de conhecimentos e saberes, levando em consideração o diagnóstico de que a maioria dos conselhos escolares não tinha uma identidade de grupo, tampouco o costume de se reunir com regularidade e que, em muitos casos, os presidentes eram chamados apenas para as formalidades exigidas, como eleições e para assinar as prestações de contas.

Os encontros foram planejados procurando despertar o sentido de participação construída com e na presença do outro, tomando de Werle (2003, p. 61) que “os conselhos Escolares estão, apenas, começando a obra de sua própria construção”. Na reflexão sobre a motivação do CME, os conselheiros procuraram rever as práticas do órgão colegiado como agente mobilizador da sociedade, considerando dentre outras referências Bordignon (2008, p.25), em que estes “foram concebidos para atuar estrategicamente na gestão da educação”. Para tal, os conselheiros entenderam que deveriam estar preparados para enfrentar os desafios de uma nova cultura de respeito às diferenças e combate às desigualdades sociais, em um contexto social e político bastante tradicional.

As ações foram preparadas a partir de estudos como os de Batista (2013), Werle (2003), Bordignon (2008), Gonh (2011) e Luce e Medeiros (2006), que destacam a gestão democrática e a participação da sociedade, especialmente nos conselhos municipais de educação e escolares, nos processos de gestão da escola pública, visando garantir o direito à educação com melhoria da qualidade do ensino e diminuição das desigualdades entre as escolas e intraescolares.

Método

O projeto contou também com os ensinamentos de Thiollent (2011), Franco (2005) e Minayo (2002), sendo então concebido como uma pesquisa-ação. Os encontros de formação foram estruturados como Rodas de Conversa, que têm como principal característica “reunir indivíduos com histórias de vida diferentes e maneiras próprias de pensar e sentir, de modo que os diálogos nascidos desse encontro, não obedecem a uma mesma lógica” (WARSCHAUER, 1993, p.46). Contudo, após os encontros iniciais, tornou-se possível uma segunda etapa de formação em que as diretoras das escolas e os presidentes dos conselhos dispuseram-se a realizar, com mais autonomia, estudos a distância, em cada escola, com material organizado pelo CME. Levando em consideração a quem era destinado e para despertar a curiosidade dos participantes, mantendo o envolvimento de todos, o material da formação na escola foi motivo de cuidadosa apresentação.

As sessões de formação usaram recursos que visavam o diálogo entre os participantes, tendo como principal indutora e artífice a presidente do CME – também imbuída no processo como pesquisadora. O instrumento articulador para este intento foi um caderno denominado de Diário Nossos Olhares, concebido como o canal de comunicação entre as duas Rodas de Conversa, pois foi utilizado para registros das atividades realizadas na formação coletiva, presencial, e também por ocasião da formação na escola. O Diário teve como função captar o olhar atento de quem se dedica à tarefa de unir os fios da delicada trama das relações sociais que acontecem no interior das escolas.

Além do Diário Nossos Olhares, cada escola recebeu uma pequena caixa denominada de Maletinha Visitadeira, que deveria percorrer as casas de pelo menos três alunos de cada turma da escola, consultando as famílias sobre suas relações com a escola e se esta atendia as aspirações das mesmas. As análises destas questões foram debatidas no último encontro geral.

Foram realizados seis encontros coletivos, denominados de Prosa, considerados presenciais; e quatro realizados nas escolas, com atividades orientadas a distância. Nas prosas presenciais foram abordados temas relativos ao funcionamento do conselho escolar, destacando a importância do acompanhamento da prática pedagógica, as instâncias de atuação do órgão, os mecanismos de participação e a atuação dos conselhos no processo de escolha dos diretores. Para as prosas nas escolas a proposta foi refletir sobre a importância daquele grupo e o que poderia ser conselho escolar para aquela comunidade, além de destacar o campo de atuação dos conselheiros, priorizando a reflexão sobre a importância de pertencer ao grupo.

Analisando os registros feitos durante a realização das atividades, em especial o Diário Nossos Olhares, foi possível constatar que os membros dos conselhos escolares não possuíam noção da amplitude do campo de atuação do órgão, nem das atribuições especificadas em lei e da sua potencial força político-educativa. Como alerta Cury (2010, p.20), “uma lei ou uma norma só será sustentável se ela estiver aninhada na consciência e na prática dos educadores”. Com Paro (2002), ao falar da participação, os conselheiros puderam compreender o que é “uma prática social” e que é preciso exercê-la para se apropriarem de sua dinâmica.

De outra parte, ao refletir sobre os resultados do Projeto de Intervenção, que foi eminentemente um projeto de formação humana, emerge um valor positivo. A discussão de fato foi iniciada; as pessoas apropriaram-se de informações; emitiram suas opiniões; ensaiaram decisões coletivas. No entanto, os espaços de participação continuam sendo incipientes, necessitando de cuidado extremo para que venham a ser consolidados na rede escolar municipal.

O entendimento do que é participação e de qual participação é possível nos processos de gestão da escola necessita de continuada discussão, cabendo ao CME e à mantenedora, a SME, a responsabilidade de propor parcerias profícuas entre os conselhos escolares e as equipes diretivas quando estas, na sua prática, não denotarem tal compreensão.

O trabalho realizado pelo projeto Tecendo uma Cultura de Participação foi pioneiro neste município, no que tange ao oferecimento de formação aos conselheiros escolares pela atuação do CME e da SME. Pela primeira vez, foi possível que os grupos recebessem informações que suscitaram discussões sobre o modo de funcionamento do órgão.

O suporte proporcionado pelo Mestrado Profissional em Educação, com ênfase em planejamento de políticas públicas e gestão educacional, foi de grande importância, pois propiciou estudos que fundamentaram a proposta deste Projeto e o desenvolvimento de suas ações. Os conhecimentos e o apoio metodológico construídos em função do Projeto não foram uma conquista apenas da conselheira, então mestranda, pois foram continuamente compartilhados na localidade, em sessões de estudo e reflexões que propiciaram também modificações na prática do Conselho Municipal de Educação, sobre sua atuação no Sistema Municipal de Ensino. Também estes conselheiros adotaram novos conceitos referentes às suas competências e responsabilidades.

Ousamos acreditar que foi plantada a ideia da gestão participativa. O desafio agora é alimentar a cultura de participação nas escolas e destas na constituição do sistema municipal de educação, tendo os conselhos escolares como o alicerce do direito à educação e da formação para a cidadania em uma sociedade plural e democrática.

Referências:

BATISTA, N.C. **Políticas Públicas Para a Gestão Democrática da Educação Básica**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

BORDIGNON, G. A Natureza dos Conselhos Municipais de Educação. Curso de Formação de Conselheiros Municipais de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Universidade Federal de Santa Catarina. In: **Caderno 1. O Contexto de Atuação, Natureza e Organização dos Conselhos Municipais de Educação**. Brasília: 2008.

CURY. C. R. Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA. M. A. M. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DAMIANI, M.F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. XVI ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Junqueira e Marin Editores. UNICAMP: Campinas. 2012.

FRANCO, M. A. R. S. Pedagogia da Pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, set./dez. São Paulo: 2005.

GONH, M.G. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

LUCE, M.B; MEDEIROS, I. L.P. de (Org). **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivencias**. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**. São Paulo: Vozes. 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

WARSCHAUER, C.. **Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

WERLE, F. O. Corrêa. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.